



Anais da Assembléia

Nº 99

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE JULHO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Saltes Belinati - Algaci Osmário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Nazmir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 5.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 27 DE JULHO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademair Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregoneze, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Ovídio Constantino e Plauto Miró Guimarães (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2625

Senhor Presidente.
O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão,

constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.
Sala das Sessões, em 27.07.93
(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2624

Senhor Presidente.
Pelo presente venho solicitar a Vossa Excelência que presida as Sessões Plenárias da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a partir de hoje, 27 de julho de 1993, até o encerramento do período extraordinário, em função de minha ausência da Capital.
Na oportunidade renovo a nossa consideração e apreço.
Sala das Sessões, em 27.07.93
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2621

Senhor Presidente.
O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e formulado à família enlutada um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Dolores Vardanega, ocorrido nesta Capital, no dia 26 de julho de 1993.
Sala das Sessões, em 27.07.93.
(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Membro de tradicional família de Curitiba, dona Dolores Vardanega era pessoa conhecida e muito querida em nossa sociedade.
Aqueles que tiveram o privilégio de conhecê-la aprenderam a admirar seu espírito alegre, sua distinção, humildade e capacidade de fazer e cativar muitos amigos.
Aos setenta e cinco anos, já viúva, dona Dolores Vardanega deixou duas filhas e netas, aos quais manifestamos nossos sinceros votos de pesar pelo passamento da matriarca.

REQUERIMENTO Nº 2623

Senhor Presidente.
O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de JACIRA GOMES DE PAULA, ocorrido nesta Capital.
Trata-se de uma pessoa muito querida pelos familiares e amigos, e que recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!
Sala das Sessões, em 27.07.93
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2618

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à população de PIÊN e municípios vizinhos, pelo brilhantismo da "1.ª FESTA DO PRODUTOR RURAL", promovida nos dias 24 e 25 de julho, em homenagem ao Dia do Agricultor.

Sala das Sessões, em 27.07.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O progresso e o desenvolvimento de uma região se inicia na base da agricultura, e, para desenvolver a fé e a esperança dos agricultores da região, a Prefeitura e a comunidade de Piên, conjugando esforços, organizaram a 1.ª FESTA DO PRODUTOR RURAL, em substituição a "Festa do Milho", que tradicionalmente era feita no "Dia do Trabalhador Rural". Com isto, tivemos uma linda festa, muito mais abrangente, homenageando-se todos os produtores rurais da região.

A liderança e o tirocínio do Prefeito Ney, com a colaboração do vice-Prefeito Manoel Valdir e de todos os Senhores Vereadores, assim como da comunidade em geral, foi sem dúvida nenhuma modelar em todos os aspectos.

Piên é um município que todos souberam construí-lo. Essa foi a essência da filosofia de todos que trabalharam e trabalham em favor de sua comunidade, que deram e estão dando, parte de sua vida em favor do Produtor Rural, almejando uma vida melhor para todos.

É bom lembrar o poeta que disse:

"Trabalhai porque a vida é pequena e não há
para o tempo demora; não gasteis os minutos

Sem pena, não façais pouco caso das horas".

Na sequência histórica de Piên, tivemos oportunidade de constatar pessoalmente que todos trabalham e lutam para que o Município seja melhor que ontem e muito melhor amanhã.

REQUERIMENTO N° 2619

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Doutor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, pela determinação da proibição da venda de produtos tabagistas a menores de 18 anos em todo o território paranaense.

Sala das Sessões, em 27.07.93.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Pesquisas demonstradas e os profissionais da saúde sempre advertiram sobre os riscos decorrentes do tabagismo especialmente para menores.

A portaria assinada agora pelo Excelentíssimo Senhor Dr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde proibindo a venda de produtos tabagistas a menores de 18 anos em todo o território paranaense, se for bem controlada e fiscalizada será de grande valia para a saúde dos adolescentes, mostrando com divulgação e conscientização os prejuízos e malefícios do fumo à saúde.

REQUERIMENTO N° 2622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente a Vossa presença REQUER, após ouvido o soberano plenário, que o ofício em anexo, com assinaturas dos prefeitos da região metropolitana, solicitando a cessão em comodato, para a ASSOMEC, da Indústria de Tubos e Manilhas, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Curitiba, na pessoa de seu Excelentíssimo Prefeito, Senhor Rafael Greca de Macedo.

Sala das Sessões, em 27.07.93.

(a) CLEITON KIELSE

OF. 308/93 - CKC

Curitiba, 08 de julho de 1993.

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal:

Tenho a grata satisfação de vir a Vossa presença com o intuito de solicitar a cessão em comodato, para a ASSOMEC (Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba) da Indústria de Tubos e Manilhas pertencente a esta municipalidade, que atualmente encontra-se desativada.

Tal solicitação prende-se ao fato de que a efetivação do comodato haverá a possibilidade de celebração de convênios entre a Sedu (Secretaria de Desenvolvimento Urbano) e Prefeituras Municipais da Região Metropolitana, com o apoio do Governo do Estado, fazendo com que os próprios municípios produzam manilhas e tubos, de acordo com as respectivas necessidades, proporcionando, assim, melhoras significantes nas áreas de saneamento básico, combate à erosão e desvio de canais, beneficiando toda a população da Região Metropolitana.

Sendo o que tinha para o momento e certo de poder contar com Vossa habitual atenção, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO

Deputado Estadual

Ao
Exmo. Sr.
Rafael Greca de Macedo
Digníssimo Prefeito Municipal
Curitiba-Pr

REQUERIMENTO N° 2620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Moacir Favetti, Secretário de Estado de Segurança Pública, solicitando:

1. Cópia da Sindicância (todo o processo) feita no Hospital da Polícia Militar (HPM), cujo Presidente foi o Cel. QOPM Antonio Pereira Kaiut, designado no Boletim Geral n° 203 de 29 de outubro 1990.

2. Cópia de todo o Boletim em que foi publicada a solução ao referido processo.

Sala das Sessões, em 27.07.93.

(a) DR. ROSINHA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 349/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido crédito presumido do Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS), nos termos desta Lei, à empresa com estabelecimento situado no Estado do Paraná, que forneça recursos para a realização de projetos culturais no Estado, através de doação ou patrocínio.

Art. 2° - São abrangidas por lei as seguintes áreas:

- I - música e dança;
- II - teatro e circo;
- III - cinema, fotografia e vídeo;
- IV - literatura;
- V - artes plásticas;
- VI - folclore e artesanato;
- VII - acervo e patrimônio histórico-cultural;
- VIII - esportes.

Art. 3° - As Secretarias de Estado da Fazenda, da Educação, da Cultura e do Esporte e Turismo deverão receber cópias do Projeto Cultural beneficiado pelo crédito presumido, explicitando os objetivos e recursos financeiros e humanos envolvidos, para fins de fiscalização posterior.

§ 1° - A Secretaria de Estado da Fazenda, examinará se a empresa está em dia com suas obrigações tributárias e, em caso afirmativo, encaminhará o processo às Secretarias de Estado da Educação, da Cultura e do Esporte e Turismo.

§ 2° - O pedido será indeferido de plano se o contribuinte estiver em débito

para com o Estado.

Art. 4° - Cabe às Secretarias de Estado: da Educação, da Cultura e do Esporte e Turismo:

I - examinar a adequação do projeto em relação às áreas definidas no artigo 2°;

II - pronunciar-se quanto ao valor atribuído ao projeto, tendo em vista os preços praticados no mercado.

Parágrafo Único - Aprovado o projeto no âmbito de sua competência, as Secretarias de Estado: da Educação, da Cultura e do Esporte e Turismo devolverão o processo à Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 5° - Cabe à Secretaria de Estado da Fazenda:

I - deferir o aproveitamento do crédito presumido;

II - acompanhar e fiscalizar o aproveitamento do crédito presumido e aplicar multa, quando observadas infrações às determinações constantes da presente lei.

Art. 6° - O crédito presumido corresponde a até 2% (dois por cento) do ICMS a recolher em cada período de apuração.

Art. 7° - A escrituração e o aproveitamento do crédito presumido serão feitos 60 (sessenta) dias após a transferência dos recursos, comprovada perante a repartição fazendária da jurisdição do contribuinte.

Art. 8° - É vedada a utilização e crédito presumido em relação a projetos de que sejam beneficiários a própria empresa incentivadora, seus sócios ou titulares e suas coligadas ou controladas.

Parágrafo Único - A vedação prevista neste artigo se estende a ascendente ou descendente em primeiro grau, e cônjuges, titulares ou sócios.

Art. 9° - As obras resultantes do projeto cultural poderão ser apresentadas em todo o Estado do Paraná, devendo constar que o empreendimento foi realizado com recursos decorrentes desta Lei.

Art. 10 - A empresa que se aproveitar indevidamente do benefício fica sujeita a multa correspondente a 2 (duas) vezes o valor do crédito presumido.

Art. 11 - Na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de objeto, será aplicada, a qualquer pessoa, a multa correspondente a 2 (duas) vezes o valor da vantagem recebida indevidamente.

Parágrafo Único - No caso de conluio, a multa prevista neste artigo se aplica também à empresa que transferiu os resultados, sem prejuízo da penalidade estabelecida no artigo anterior.

Art. 12 - As infrações formais serão punidas com a multa estabelecida no artigo 15.

Art. 13 - Instituição Pública não pode ser financiada com recursos desta lei, pa-

ra atender aos seus objetivos institucionais, salvo escolas de artes e bibliotecas.

Art. 14 - As entidades representativas dos diversos segmentos culturais podem ter acesso à documentação referente aos projetos beneficiados por esta lei.

Art. 15 - A Secretaria de Estado da Fazenda baixará os atos que se fizerem necessários à aplicação desta lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.07.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O ESTADO E A SOCIEDADE NA PRODUÇÃO E PRESERVAÇÃO DO BEM CULTURAL PARANAENSE - CULTURAL: Complexo dos padrões de comportamento das crenças, das instituições e de outros valores espirituais transmitidos coletivamente e características de uma sociedade: Novo Dicionário da Língua Portuguesa - Aurélio Buarque de Holanda.

"A grande lei da cultura é esta "Deixar que cada um se torne tudo o que foi criado capaz de ser". Ensaio de crítica e diversos - Tomas Carlyle.

Cultura portanto, é tudo que nos cerca e que nos chega de maneira inteligente e não só a produção erudita de pessoas bem informadas. Tem portanto, uma dimensão cotidiana, natural, própria ao homem que se educa formal ou informalmente e que ganha experiência a cada novo dia de sua vida. Por consequência, é também, um direito elementar de qualquer indivíduo e sua sociedade democrática.

É claro que isto nada tem a ver com uma concepção intervencionista de cultura, segundo a qual, as autoridades culturais existem para criar fatos novos, inesperados e desconexos que perturbam a naturalidade do processo de produção cultural.

Uma visão paternalista que consagra o princípio da intervenção, corresponderia a conceito de que o Estado deveria também intervir na área cultural. Nada mais incoerente em um país pobre e carente como o nosso, pois só o desenvolvimento cultural pode proporcionar uma visão mais ampla, mais lúcida, menos convencional e conformista.

Sem dúvida alguma, temos vivido etapas significativas no desenvolvimento da cultura no Paraná. O movimento cultural caminhou em muitos aspectos e começa a atingir maturidade que por sua importância e abrangência atesta a vitalidade e o dinamismo com os quais a cultura vem sendo tratada, apesar de todas as dificuldades. Hoje afirmamos que o povo paranaense reconhece sua identidade e valoriza seus elementos culturais.

O projeto propõe a participação das empresas, sediadas no Estado, fornecendo desta forma recursos para a realização de projetos culturais voltados para as diferentes áreas artísticas que em nosso Estado se expandiram deixando importantes marcos que podemos registrar:

I - MÚSICA ERUDITA - Criação e fortalecimento da Orquestra Sinfônica do Paraná, hoje reconhecidamente imprescindível para a formação musical do artista paranaense.

MÚSICA POPULAR - Implantação da série fotográfica com o registro de nomes ilustres de nosso cenário musical.

DANÇA - Criação do projeto Dançarte que pretende a miscigenação de grupos de dança de outros Estados com grupos paranaenses, criando oportunidade de divulgar e prestigiar nossos bailarinos.

II - TEATRO - Através de projetos "Auxílio" podemos ampliar o mercado de trabalho e implantar o intercâmbio cultural dos grupos teatrais dentro e fora do Estado.

CIRCO - O Circo da Cultura traz em seu bojo a proposta de abrir espaço para a arte circense além de proporcionar oficinas e apresentações itinerantes.

III - CINEMA, FOTOGRAFIA E VÍDEO - A área de cinema será beneficiada com a implantação do Curso de Cinema de média duração, visando a formação de técnicos, atores, diretores e roteiristas. No que concerne à área de fotografia, concursos, mostras e edição de livros serão motivos de preocupação do Estado. Nos últimos tempos os vídeos ganham reconhecimento e aplauso através de premiações a nível nacional e internacional.

IV - LITERATURA - A realização de concurso e a edição de livros de escritores paranaenses são atividades permanente além de feiras de literatura, Seminários, Palestras, etc.

V - ARTES PLÁSTICAS - Exposições, mostras, catalogação e recuperação de obras de pintores e escultores paranaenses divulgam e estimulam os artistas plásticos que hoje são reconhecidos nacionalmente.

VI - FOLCLORE E ARTESANATO - Uma catalogação criteriosa será elaborada contendo dados minuciosos de todos os grupos folclóricos e artesãos do Estado, feiras e exposições serão realizadas sistematicamente, trazendo para a capital o trabalho muitas vezes ignorado e esquecido nos distantes Municípios do Estado.

VII - MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL - Recuperação, registro e divulgação de nossa história através de fotos, publicações e documentos que enfocam fatos e dados relevantes, são atividades permanentes da área de Memória além da realização de exposições e publicações periódicas de ensaios e estudos sobre nossa história.

Quanto ao Patrimônio Histórico Paranaense, o Estado tem recuperado momentos, mantendo vivo o passado de nosso povo.

Foram revitalizados e adequados antigos imóveis em todo o Estado que hoje servem de casas de espetáculos e abrigam as inúmeras manifestações artísticas.

Devemos lembrar ainda que a descentralização da cultura, conseguida através da municipalização cultural levanta prioridades, registra vocações artísticas, incentiva o intercâmbio artístico, propiciando ao Estado uma visão ampla e objetiva de nossa realidade cultural.

Este projeto de lei prevê a concessão de crédito presumido do ICMS e vem ao encontro das necessidades básicas para a continuidade do desenvolvimento das artes paranaenses cabendo ao Estado, através da Secretaria da Fazenda, o acompanhamento e fiscalização, o que, sem dúvida, evitará qualquer tipo de irregularidade em sua aplicação e prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Encerrada a leitura do Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PTB se fará uso do seu horário. (Declina).

PFL (Declina).

PT (Declina).

PL (Declina).

PDT (Declina).

PMDB (Declina).

PSDB (Declina).

BPI (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 1882/93, subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando ao Senhor Deputado Hermas Brandão, que a partir desta data presida as Sessões Plenárias desta Assembléia Legislativa, até o encerramento do Período Extraordinário, em função de sua ausência da Capital. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 534/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Isenta de ICMS veículos, máquinas e equipamentos adquiridos pelas Prefeituras Municipais do Estado do Paraná. Com PARECE-

RES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.F.. Apreciar neste turno a Emenda aprovada em 2.^a discussão.

Emenda.- Aprovada.

Projeto.- Aprovado.

O Projeto irá à Redação Final.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto e Lei n° 043/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital Infantil Doutor Antonio Fontes ao Município de Paranaguá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 127/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Autoriza o chefe do Poder Executivo Estadual a reduzir em 3% (três por cento) da alíquota do ICMS às empresas do Paraná que realizem publicações de livros escolares para serem distribuídos gratuitamente nas escolas do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 112/93, de autoria do Deputado Edson Lino. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio à Criação, Implantação e Manutenção de Casa Familiar Rural e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E., C.A.I.C. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 28, de 06.04.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 112/93

P A R E C E R :

A presente Proposição visa autorizar o Poder Executivo a criar o Programa de apoio à criação, implantação e manutenção de Casa Familiar Rural e dá outras providências.

Na sessão legislativa passada tramitou nesta Casa Projeto idêntico e de mesma autoria.

Foi aprovado em 2.^a discussão, no dia 28 de outubro de 1992, e foi vetado no dia 07 de dezembro do mesmo ano. No dia 31 de abril do presente foi apreciado o veto deliberando pela sua manutenção.

No dia 07 de abril último esta proposição foi lida no expediente, sendo apresentada de acordo com o disposto no art. 67 da Constituição Federal, proposta da maioria absoluta dos Deputados.

Isto posto, somos de parecer favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 112/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Edson Lino, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio à Criação, Implantação e Manutenção de Casa Familiar Rural e dá outras providências.

A medida recebeu Parecer FAVORÁVEL das Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura e Esporte; Agricultura e Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto e Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.07.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 112/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Edson Lino, o Projeto de Lei n° 112/93, ora sendo analisado por este relator, autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio à Criação, Implantação e Manutenção de Casa Familiar Rural.

Como nada foi encontrado de irregular no presente plano de lei, razão pela qual este relator emite o seu parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.07.93.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 112/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Edson Lino, o Projeto de Lei n° 112/93, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de apoio à Criação, Implantação e Manutenção de "Casa Familiar Rural", e dá Outras Providências, já conta com pareceres favoráveis das Doutas Comissões de Constituição e Justiça, Comissão de Educação, Cultura e Esportes, e Comissão de Agricultura Indústria e Comércio.

Analisando o referido Projeto de Lei, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada encontrou de irregular, que possa impedir a sua normal tramitação, e posterior aprovação pelo Plenário deste Poder Legislativo, razão pela qual emitimos o parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.07.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI N° 112/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do eminente Deputado Edson Silva Lino, visa autorizar o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio à Criação, Implantação e Manutenção de Casa Familiar Rural, e dá outras providências.

A medida proposta recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão, dentro de sua estrita competência, manifestou-se favoravelmente à proposição ora em tela.

Sala das Comissões, em 26.05.93.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 150/93, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig, que dá nome ao trecho da estrada PR-412 (Praia de Leste/Pontal do Sul). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 38, de 28.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 150/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em apreciação, de autoria do nobre Senhor Deputado HEINZ GEORG HERWIG, tem por objetivo denominar de "Engenheiro Darci Gomes de Moraes", o trecho da PR-412 (Praia de Leste/Pontal da Sul), com extensão de 17,7 quilômetros.

Procedida a análise legal, regimental e constitucional da matéria, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, encontrando-se a proposição em condições de merecer a deliberação do douto Plenário.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 150/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Heinz Georg Herwig, o presente plano de lei objetiva dar nome ao trecho da estrada PR-412 (Praia de Leste/Pontal do Sul).

Analisada a matéria pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu

desta parecer favorável.

Esta Comissão não encontrou nenhum impedimento à tramitação normal da presente proposta pelos órgãos da Casa.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 163/93, de autoria do Deputado EURIDES MOURA, que estabelece convênio entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário, possibilitando a reutilização de armas apreendidas pela Polícia Civil e pela Polícia Militar. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 41, de 04.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 163/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Eurides Moura, o Projeto de Lei n° 163/93, ora sendo examinado por este relator, visa em seu artigo 1°, autorizar o Poder Executivo a firmar convênio com o Poder Judiciário, a fim de que as armas apreendidas possam ser reutilizadas pelas Polícias Estaduais.

Em seu artigo 2°, diz que as armas apreendidas e vinculadas a inquérito policial, após trânsito em julgado da ação penal, serão encaminhadas à Delegacia de Explosivos Armas e Munições, onde serão cadastradas e avaliadas, para posterior incorporação ao patrimônio da Polícia Civil e Polícia Militar.

No artigo 3°, determina que as polícias, Civil e Militar, poderão reutilizar essas armas em sua corporação como material permanente.

Por revestir-se a matéria de cunho meramente autorizatório, este relator emite o seu parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 163/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Eurides Moura, o qual está em tramitação nesta Casa sob n° 163/93, e que visa autorizar o Poder Executivo a firmar convênio com o Poder Judiciário, a fim de que as armas apreendidas possam ser reutilizadas pelas Polícias Civil e Militar do Estado.

Referido projeto de lei recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por ser o mesmo revestido de

caráter meramente autorizatório, razão porque esta Comissão de Segurança Pública, acompanhando o parecer daquela Comissão, manifesta, através deste relator, também seu parecer favorável ao projeto de lei em epígrafe.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
DOMINGOS CARVALHO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 201/93, de autoria do Deputado EURIDES MOURA, que autoriza a doação de terreno, conforme especifica, ao Município de Rolândia, para a construção da sede da SINROL. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 59, de 26.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 201/93

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, sendo matéria meramente autorizatória, e no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 201/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Eurides Moura, tem por finalidade autorizar a doação de terreno, conforme especifica, ao Município de Rolândia, para a construção da sede do SINROL.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
JOSÉ ALVES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 202/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que denomina Pedro Merhy Seleme, o trecho da Rodovia PR-151, entre o Município de São Mateus do Sul até a divisa do

Estado de Santa Catarina. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 59, de 26.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 202/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei n° 202/93, denomina Pedro Merhy Seleme, o trecho da Rodovia PR-151, entre o Município de São Mateus do Sul até a divisa do Estado de Santa Catarina.

Como resultado da análise proferida, constatou-se a não existência de óbice algum que pudesse impedir a normal tramitação do presente plano de lei por esta Casa.

Por tal fato, este relator emite o seu parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSE ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 202/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei n° 202/93, que visa denominar Pedro Merhy Seleme, o trecho da Rodovia PR-151, entre o Município de São Mateus do Sul até a divisa com o Estado de Santa Catarina, já conta com parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Analisando o referido Projeto de Lei, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, não encontra óbices que impeçam a sua normal tramitação neste Poder Legislativo, e opina pelo seu parecer favorável para sua aprovação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.07.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 207/93, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que denomina Rodovia João Rocha Ribeiro, o trecho rodoviário que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 59, de 26.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 207/93

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até sua final

deliberação pelo duto Plenário.

Parecer Favorável. É o Relatório.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 207/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 207/93, de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, que denomina Rodovia "João Rocha Ribeiro" o trecho da PR-364, que liga o Município de Altamira do Paraná à PR-239, no Município de Campina da Lagoa, já conta com parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbices à sua tramitação regimental.

Analisando o referido Projeto de Lei, bem como o parecer da C.C.J., esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, dá o seu parecer favorável para sua normal tramitação neste Poder Legislativo, opinando pela sua aprovação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.07.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 217/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Umuarama ao Município de Mariluz. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 69, de 01.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 217/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei n° 217/93, ora em trâmite para análise por esta Comissão de Constituição e Justiça, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Umuarama ao Município de Mariluz.

Nada tendo sido encontrado de irregular no presente plano de lei, e mais, o seu caráter meramente autorizatório, levam este relator a emitir o seu parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 217/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Nilton

Barbosa, o Projeto de Lei em tela, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Umuarama ao Município de Mariluz.

Tratando-se de matéria meramente autorizatória, não temos qualquer impedimento à sua normal tramitação.

Neste sentido, seguimos o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, manifestando, também, nosso parecer favorável, recomendando a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 220/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a isentar de pagamento de publicações na Imprensa Oficial, todas as entidades, sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública Estadual. Com PARECERS FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 69, de 01.06.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 220/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre parlamentar Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei n° 220/93, ora sendo analisado por este relator, autoriza o Poder Executivo a isentar de pagamento de publicações na Imprensa Oficial, todas as entidades sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública Estadual.

Do exame proferido, constatamos que o presente plano, não encontra óbice algum que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis, e mais, por revestir-se a matéria de cunho meramente autorizatório, emito o meu parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 220/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, tem por objetivo o ora mencionado projeto de lei autorizar o Poder Executivo a isentar de pagamento de publicações na Imprensa Oficial todas as entidades sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública Estadual.

A Comissão de Constituição e Justiça,

Curitiba, terça, em 27.07.93

analisando a matéria posicionou-se favoravelmente.

No que compete à Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar regimentalmente a tramitação do referido projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 224/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica (Município de Umuarama ao Município de Ivaté). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 69, de 01.06.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 224/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei n° 224/93, ora em trâmite para parecer por esta Comissão, autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Umuarama ao Município de Ivaté.

Nada foi encontrado que pudesse impedir a normal tramitação do presente plano de lei, e mais, o seu caráter meramente autorizatório, levam este relator a emitir o seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 224/93

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Nilton Barbosa, que objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Umuarama ao Município de Ivaté.

O presente projeto já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, inclusive pelo seu aspecto autorizatório.

No âmbito desta Comissão, após análise da matéria, verifica-se que o mesmo não possui qualquer irregularidade que obste a sua tramitação.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à presente medida.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 227/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Rondon ao Município de Guaporema. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 69 de 01.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 227/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 227/93, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, ora em trâmite para análise por esta Comissão, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Rondon ao Município de Guaporema.

O caráter meramente autorizatório do presente plano de lei, leva este relator a emitir o seu parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 227/93

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, tem por objetivo, autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Rondon ao Município de Guaporema.

O presente projeto mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão, pelos motivos apresentados pelo autor, opina favoravelmente pela APROVAÇÃO deste.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
JOSÉ ALVES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 228/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Cruzeiro D'Oeste - Nova Olímpia). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 69, de 01.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 228/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei n° 228/93, ora sendo examinado por este relator, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o município de

Cruzeiro D'Oeste ao Município de Nova Olímpia.

Nada tendo sido encontrado de irregular no presente plano de Lei, e mais o seu caráter meramente autorizatório, levam este relator a emitir o seu parecer favorável, à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 228/93

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Cruzeiro D'Oeste ao Município de Nova Olímpia.

Tendo sido submetido à análise da Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, não há qualquer óbice que impeça sua aprovação.

Nestes termos, opinamos favoravelmente à aprovação do referido projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 264/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que institui a Semana do Adolescente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 77 de 15.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 264/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Luiz Antonio Setti, o Projeto de Lei n° 264/93, visa instituir no Estado do Paraná a "SEMANA DO ADOLESCENTE", a ser realizada na segunda semana do mês de outubro de cada ano, em cidades com população superior a 30.000 habitantes, sob a coordenação da Coordenadoria do Adolescente da Secretaria de Estado da Saúde. Em sua justificativa o nobre Deputado, diz dos objetivos e do alcance deste programa para a saúde do adolescente e da criança, com palestras e cursos sobre orientação sexual, doenças transmissíveis, drogas e seus efeitos, tanto para os adolescentes e crianças, como para seus pais.

O alcance social do presente plano de lei, é realmente merecedor de nosso apoio, pois o adolescente não tem uma orientação sadia sobre os problemas graves que atinge a nossa sociedade nos dias de hoje, a não ser os poucos que participam de Grupos de

Jovens patrocinados pelas igrejas e movimentos religiosos. É o que realmente a nossa juventude está precisando, é de um programa que atinja a todas as camadas da sociedade, indiscriminadamente.

Desta forma, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, dá o seu parecer favorável, a aprovação do presente Projeto de Lei, que na certa será de grande alcance social.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 264/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Luiz Antonio Setti, o Projeto de Lei n° 264/93, visa instituir no Estado do Paraná, a "Semana do Adolescente", a ser realizada na 2ª semana do mês de outubro de cada ano, em cidades com população superior a 30.000 (trinta mil) habitantes, sob a Coordenação da Secretaria de Saúde.

A matéria mereceu por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável, face ao seu alto alcance social.

No âmbito desta Comissão, nada foi encontrado, de irregularidade, face a isto, este relator emite o seu parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

Esta Presidência consta voto contrário do Deputado Florisvaldo Fier para os Projetos 201/93 e 220/93.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sobre a Mesa, Requerimento n° 2623, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2621, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2579, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente de Sessão Anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2625, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2618 e 2619, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2622, de autoria do

Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2620, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Adia-se a Discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2590, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de Sessão Anterior - **Aprovado.**

O SR. OSWALDO TREVISAN - Estamos votando contra, Sr. Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, solicito Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Trata-se de exportação de cocaína.

O SR. ALGACI TÚLIO - É uma cocaína que o Banestado financiou o empréstimo, para uma empresa fantasma e ela comprou cocaína. A única exportação que ela fez foi comprar cocaína com o dinheiro do Banestado. Eu queria uma informação, mas a Banca do PMDB não quer que o povo do Paraná saiba.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Protesto, pelas brincadeiras que estão fazendo, nesta Casa! Usando o nome de cocaína e não sei o que mais. Protesto! Os usuários de cocaína, desta Casa, não precisam se manifestar, em Plenário. Podem ficar quietos. Nós já sabemos, identificamos quem são.

O SR.2° SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) -

(Lê requerimento, Pedido de Informações e fotocópia da "Folha de São Paulo", de 3 de julho de 1993.)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para Quarta-feira, dia 28, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs
112/93, 150/93, 163/93, 201/93,

202/93, 207/93, 217/93, 220/93, 224/93,
227/93, 228/93, 264/93.

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs
398/93, 229/93, 230/93, 231/93,
232/93, 244/93, 257/93, 269/93, 283/93,
302/93.

Levanta-se a Sessão.